



Revista
Educar Mais

Um estudo sobre as propostas curriculares dos cursos de licenciatura e bacharelado de Educação Física em universidades públicas da região central, alto Jequitinhonha e norte de Minas Gerais

A study on the curricular proposals of Physical Education licentiate and baccalaureate courses in public universities in the central region, Alto Jequitinhonha and northern Minas Gerais

Un estudio sobre las propuestas curriculares de los cursos de licenciatura y bachillerato de Educación Física en universidades públicas de la región central, alto Jequitinhonha y norte de Minas Generales

Adrielle Barbosa Rodrigues¹  • Carla Chagas Ramalho²  •
Rafaela Vitória Gomes Cardoso³  • Fernanda de Souza Cardoso⁴ 

RESUMO

Como nas demais áreas de conhecimento, o currículo do curso de Educação Física sofreu (e sofre) com as modificações sociais e culturais do seu entorno. Nesse sentido, a Resolução 058/2004 determinou que a Educação Física precisaria ter duas áreas de formação distintas: Licenciatura e Bacharelado. Desde essa Resolução, já se passaram, portanto, 15 (quinze) anos. Dentro dessa ótica, esta pesquisa teve como objetivo analisar as propostas curriculares dos cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Educação Física de cinco universidades públicas: da Região Central, do Alto Jequitinhonha e do Norte do estado de Minas Gerais, com o intuito de apontar congruências e divergências no que se refere às propostas formativas para ambas as habilitações. Alcançamos nossos objetivos por meio da pesquisa documental e concluímos que a fragmentação do curso não deve reduzir o conhecimento específico, mas permitir o aprendizado amplo para possibilitar a escolha em um cenário vasto. Dessa forma, acreditamos que a unificação seria o caminho mais coerente, tendo em vista a realidade vivenciada pelos(as) acadêmicos(as) e profissionais da área, visto que encontramos, nas matrizes curriculares analisadas, diversas disciplinas obrigatórias semelhantes, o que refuta a ideia de fragmentação do curso.

Palavras-chave: Currículo; Licenciatura; Bacharelado; Educação Física.

ABSTRACT

Like the other areas of knowledge, the curriculum of the Physical Education course suffers and suffered from the social and cultural changes of its surroundings. In this sense, resolution 058/2004, determined that Physical Education would have two distinct areas of training, already passing, therefore, 15 (fifteen) years of this resolution. In this sense, this research aimed to analyze the curricular proposals of the Bachelor's and Bachelor's

¹ Licenciada em Educação Física na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros/MG – Brasil. E-mail: carlaramalho.ccr@gmail.com

² Licenciada em Educação Física, Mestre em Educação e Professora do Departamento de Educação Física e Desporto da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros/MG – Brasil. E-mail: carlaramalho.ccr@gmail.com

³ Licenciada em Educação Física na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros/MG – Brasil. E-mail: carlaramalho.ccr@gmail.com

⁴ Licenciada em Educação Física, Mestre em Educação Física, Doutora em Ciências da Religião e Professora do Departamento de Educação Física e Desporto da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros/MG – Brasil. E-mail: carlaramalho.ccr@gmail.com

courses in Physical Education of five public universities in the Central Region, Alto Jequitinhonha and North of the state of Minas Gerais, points congruent and divergent from the formative proposals for both qualifications. We achieved this goal through documentary research and concluded that the fragmentation of the course should not reduce specific knowledge, but allow broad learning to enable choice in a vast scenario. Thus, we believe that unification would be the most consistent way with the reality experienced by (the) academics (the) and professionals in the area, since we find in the curricular matrices analyzed several similar compulsory disciplines, which refutes the idea of course fragmentation.

Keywords: Curriculum; Degree; Bachelor; Physical Education.

RESUMEN

Como las demás áreas de conocimiento, el currículo del curso de Educación Física sufre y sufrió con las modificaciones sociales y culturales de su entorno. En este sentido, la resolución 058/2004 determinó que la Educación Física tendría dos áreas de formación distintas, por lo tanto, ya pasaron 15 (quince) años de esa resolución. En este sentido, esta investigación tuvo como objetivo analizar las propuestas curriculares de los cursos de Licenciatura y Bachillerato en Educación Física de cinco universidades públicas de la Región Central, Alto Jequitinhonha y Norte del estado de Minas Gerais, con el fin de señalar puntos congruentes y divergentes de las propuestas formativas para ambas habilitaciones. Alcanzamos este objetivo a través de la investigación documental y concluimos que la fragmentación del curso no debe reducir el conocimiento específico, sino permitir el aprendizaje amplio para posibilitar la elección en un escenario amplio. De esta forma, creemos que la unificación sería el camino más coherente con la realidad vivida por los(as) académicos(as) y profesionales del área, ya que encontramos en las matrices curriculares analizadas diversas disciplinas obligatorias similares, Esto refuta la idea de la fragmentación del curso.

Palabras clave: Currículo; Licenciatura; Licenciatura; Educación Física.

1. INTRODUÇÃO

Como as demais áreas de conhecimento, o currículo do curso de Educação Física sofreu (e sofre) com as modificações sociais e culturais do seu entorno. Nesse sentido, a Resolução 058/2004 determinou que a Educação Física deveria ter duas áreas de formação distintas (Licenciatura e Bacharelado), já se passando, portanto, 15 (quinze) anos dessa resolução. Diante disso, o problema desta pesquisa consiste em constatar, por meio da análise dos currículos e das ementas de algumas instituições de ensino superior, a real necessidade de distinção entre os cursos de Licenciatura e de Bacharelado.

Assim, nos orientamos pela Resolução nº 07, de 31 de março de 2004 para a construção deste estudo, que tem como objetivo analisar as propostas curriculares dos cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Educação Física das universidades públicas (presenças) da Região Central, do Alto Jequitinhonha e do Norte do estado de Minas Gerais, com o intuito de apontar aspectos congruentes e divergentes das propostas formativas para ambas as habilitações. Alcançamos nosso objetivo por meio da pesquisa documental (GIL, 2008), ao admitirmos que os documentos constituem uma anotação válida da realidade, pois dão pistas substanciais para compreendê-la. Foram cinco universidades ao todo, sendo elas: Universidade do Estado de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Montes Claros, Universidade Federal de Ouro Preto e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

2. A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO

Na concepção de Sacristán (2000, p. 26), o currículo é definido como um “teatro de operações múltiplas, de forças e determinações diversas”. Dentro dessa ótica, configura-se como um documento em que são definidos posicionamentos políticos e crenças e, por esse motivo, é embasado a partir de uma disputa constante de poderes sobre quais saberes deverão constar em determinados currículos e quais devem ser negligenciados (SACRISTÁN, 2000).

Conforme estudos de Young (2014, p. 196), “a educação preocupa-se, antes de mais nada, em capacitar as pessoas a adquirir conhecimento que as leve para além da experiência pessoal, e que elas provavelmente não poderiam adquirir se não fossem à escola ou à universidade”. Além disso, o currículo norteia a execução e o alcance dos objetivos pré-estabelecidos na prática educativa (OLIVEIRA, 2017).

Com isso, para que as instituições funcionem de forma coerente, é preciso, previamente, a elaboração de um documento curricular voltado para os princípios do seu projeto político-pedagógico. Nesse contexto, o currículo possibilita uma adequada organização dos conteúdos e das propostas a serem utilizadas pelo corpo docente de uma instituição, de modo ético e democrático (OLIVEIRA, 2017). Dessa maneira torna-se fundamental a compreensão dos currículos como meio de conhecimento aguçado para que, então, sejam elaborados documentos melhores, a fim de aumentar as oportunidades de aprendizado (YOUNG, 2014).

É necessário ter em mente que uma base curricular oportuniza a ampliação e concretização de conhecimentos construtivos, o que precisa contribuir para uma aprendizagem crítica, reflexiva e pautada no contexto social. Dentro dessa ótica, o currículo deve ser analisado não como um conjunto disciplinas isoladas a serem trabalhadas, mas como parte de um processo histórico que contém diversos valores que necessitam ser demandados por cada profissional. Sendo assim, há a necessidade de uma proposta curricular abranger o diversificado aspecto cultural existente nas relações humanas, bem como valorizar o(a) aluno(a) na sua integralidade, seja no âmbito físico, social, emocional, ou cognitivo, de cada discente (OLIVEIRA, 2017).

De acordo com estudos de Sacristán (2000), o currículo está atrelado a diversificados modos de práticas, não podendo ser valorizada somente a prática pedagógica de ensino, pois existem ações de âmbito político, administrativo, de criação intelectual etc. Todos peculiares e autônomos, mas interdependentes, que influenciam na ação pedagógica. É pertinente frisar, mais uma vez, que a presença de uma base curricular está associada a vários esforços pedagógicos com intuito educativo, além, obviamente, do seu encargo formativo, educativo, social e cultural (OLIVEIRA, 2017).

Assim, consideramos que a construção do currículo precisa ser voltada para um debate crítico dos pilares educacionais almejados, como também necessita ser amplamente debatida entre os atores do processo pedagógico, para que ele tenha reais possibilidades de ser posto em vigência, por meio da prática pedagógica. Logo, reforçamos a perspectiva de Young (2014), quando define a normatização do documento curricular não só como os conhecimentos científicos que devem ser ensinados para um grupo específico de pessoas, mas considera essa normatização como um processo social que define possibilidades para todos(as) os(as) envolvidos(as).

3. AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Como vimos no tópico anterior, o currículo é um importante documento normatizador para o ensino institucionalizado e, geralmente, o relacionamos apenas com o ambiente escolar (educação básica). Entretanto, ele também está presente dentro das faculdades e universidades (YOUNG, 2014), e esses ambientes possuem importância política, onde há uma disputa constante de poderes.

No cenário da graduação da Educação Física, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), norteiam as exigências específicas para a graduação do curso, trazendo, simultaneamente, ideais da identidade profissional. Podemos definir esta identidade como um instrumento que se relaciona a um conjunto de saberes, que oferece formação permanente; e se relaciona à prática pedagógica, que orienta o caminho do(a) professor(a) tanto em conteúdo como na forma. Tais fatores são os que constroem a docência (BENITES; SOUZA NETO; HUNGER, 2008), definindo os conhecimentos científicos que o(a) futuro(a) docente terá.

Nesse viés, é importante considerar que a Educação Física passou por diferentes propostas curriculares ao longo da sua história, até o surgimento da Resolução 07/2004, advinda das especificidades de cada período histórico, e que iremos analisar neste trabalho. As DCN's antecedentes à resolução de 2004 ressaltavam que a separação do curso de Educação Física entre Licenciatura e Bacharelado era perceptível, e tal segmentação se consolidou a partir da justificativa de que o(a) profissional, ao se graduar, estaria apto(a) a trabalhar na sua área específica: ou seja, no âmbito escolar ou não escolar (IORA; SOUZA; PIETRO, 2017).

Na Resolução 7/2004 não há menção ao termo bacharel e/ou licenciado. Há apenas a utilização da terminologia *Graduado em Educação Física* e *Professor da Educação Básica*, como podemos ver a seguir:

§ 1º O graduado em Educação Física [Bacharelado] deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando à formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

[...]

§ 2º O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física [Licenciatura], deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações específicas para esta formação tratadas nesta Resolução. (BRASIL, 2004b).

Porém, com o apoio do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e dos Conselhos Regionais (CREF), a fragmentação do curso foi se tornando uma realidade, principalmente para sanar as necessidades imediatas do mercado de trabalho, como veremos no próximo tópico. De 1980 até 2004 o país passou por diversos ápices: disputas científicas, teóricas e políticas, que estão elencadas adiante e que vieram consolidar a separação do curso de Educação Física em Licenciatura e Bacharelado (FURTADO, 2020).

Até 1980, de acordo com Furtado (2020), o "foco" do curso de Educação Física era o âmbito escolar, em especial a educação básica, e foi a partir daí que os setores do mercado de trabalho, em conjunto com o CONFEF/CREF, passaram a influenciar as questões da aptidão física, e de outros espaços de

trabalho, com destaque para o *movimento renovador* que, por um lado, buscava novos princípios para a Educação Física no geral e, por outro lado, julgava questões relacionadas à aptidão física.

[...] muitos desses pesquisadores fizeram da divisão da formação e da atuação profissional sua última trincheira na esperança de protegerem uma Educação Física crítica à aptidão física e fizeram da licenciatura o último refúgio para suas sobrevivências no campo (FURTADO, 2020, p. 124).

Consoante com o mesmo autor, é oportuno destacar que em 1998 instituiu-se a regulamentação da profissão, e o CONFEF dispôs de uma ação política cujo objetivo era a fiscalização dos profissionais de Educação Física, a fim de proibir a atuação dos(as) licenciados(as) fora do ambiente escolar. Isto é, demarcava uma área de trabalho específica para cada formação dentro da Educação Física. Todavia, de acordo com De Paula et al. (2018), é importante enfatizar que na Lei 9.696/98 não se especifica os ambientes de atuação que o CONFEF deve fiscalizar.

A partir do exposto, e conforme Furtado (2020), a criação do CONFEF/CREF foi o que, de fato, deu legitimidade para que os campos de atuação se configurem como específicos de cada curso. Ou seja, o(a) licenciado nas escolas de educação básica e o(a) bacharel nas academias, clubes, entre outros. A partir da resolução mencionada, não bastava ser formado em Educação Física para atuar em qualquer área abarcada por ela: era preciso ter formação inicial específica para a atuação em diferentes áreas do mercado de trabalho.

4. A EDUCAÇÃO FÍSICA E SEU MERCADO DE TRABALHO

Segundo Faria Júnior (2013, p. 229), “profissionalização é entendida como um processo pelo qual uma ocupação reúne, em maior ou menor quantidade, diferentes critérios definidores”. Por conseguinte, o termo profissão tem sido empregado de acordo com duas conotações: conotação descritiva, em que a profissão se destaca das demais devido às suas características; e a conotação prescritiva, que é aplicada com o objetivo de adquirir algo (FARIA JÚNIOR, 2013).

O mercado de trabalho da Educação Física dispõe de duas “identidades profissionais” que, de acordo com De Paula et al. (2018), uma é constituída para servir a burguesia – bacharelado, o qual possui um campo amplo no mercado de trabalho; e a outra para servir a classe trabalhadora – licenciatura, para a qual mercado de trabalho é restrito e particular ao ensino regular. Isso impõe ao profissional de Educação Física se adequar às condições que o mercado de trabalho requer, muitas vezes reforçando um trabalho informal e disperso, com média salarial baixa, sem benefícios e amparos (IORA; SOUZA; PIETRO, 2017).

Consonante a Betti (2013), os(as) profissionais de Educação Física podem ser definidos(as) como especialista (aquele especializado em determinada área) ou generalista, o qual, de acordo com o mercado de trabalho, é tido como modelo, visando sempre se adequar ao ambiente de trabalho no qual se encontra inserido. O generalista domina teorias que o fazem examinar a realidade do mercado de trabalho, fato que permite a ele atuar tanto na Educação Física escolar (e na não escolar) quanto em academias, clubes etc (FARIA JÚNIOR, 2013).

Quanto ao ensino da Educação Física, para qualquer área de atuação, Betti (2013, p. 240) pondera algumas conclusões:

Saber como ensinar movimentos também não é suficiente. É preciso saber por que ensiná-los ou não a certa clientela, o conceito de prática na Educação Física/esporte

refere-se à prática social, ou seja, a profissão aplica seus conhecimentos em serviços socialmente úteis, e o processo de formação profissional não termina na universidade.

Dessa maneira, tendo como base as DCN's de 2004 e, conforme Proni (2010), o mercado de trabalho está cada dia mais rigoroso e seletivo. Diante disso, o(a) profissional de Educação Física, seja ele licenciado, bacharel, ou com dupla habilitação, necessita da constante busca de conhecimentos e inovações profissionais, visto que "o ideal é que os recém-formados estejam preparados tanto para atuar na Licenciatura como fora do ambiente escolar, uma vez que é possível conciliar as duas vertentes" (PRONI, 2010, p. 796).

Entretanto, conforme aponta De Paula et al. (2018, p. 285), a causa da "criação da Resolução CNE nº 07/2004 se deu pelo fato de que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Educação Física estavam em discussão no CNE, devido às estruturações do curso que estavam acontecendo naquele momento". A busca crescente pelo mundo *fitness* e pela aptidão física fez com o que CONFEF ganhasse força na sua justificativa para a divisão do curso. Contudo, o Conselho acaba se contradizendo, uma vez que não há aparato legal claro e incisivo.

Ainda de acordo com o autor De Paula et al. (2018), o CONFEF via no curso de Educação Física dois campos de atuação completamente diferentes, e ambos não poderiam atuar no campo oposto. Tal visão permite desconsiderar a afirmação exposta pelo Conselho de que existem dois modelos de formação de Educação Física: um anterior ao CONFEF e, o outro, sucessivo.

É preciso considerar, a partir do exposto, que o CONFEF tinha como objetivo a exploração para o mercado de trabalho capitalista, a fim de favorecer a burguesia, como podemos observar a seguir:

[...] a reserva de mercado a qual estão dispostos a conseguir, com intervenções diretas sobre a atuação do professor de Educação Física que atua no campo não escolar, é uma reserva de mercado para uma parte da burguesia – burguesia da Educação Física –, ou seja, é uma disputa por nichos de exploração e extração de mais-valia dessa fração de classe da burguesia brasileira em detrimento de outras (DE PAULA et al., 2018, p. 283).

Portanto, é notório que com a divisão da Educação Física em Licenciatura e Bacharelado, o objetivo do CONFEF/CREF era a diminuição da classe trabalhadora, promovendo, assim, o desemprego de forma desenfreada, pois "é imprescindível que ocorra a redução relativa ou absoluta dos trabalhadores. Isto é, menos trabalhadores para produzir mais mercadorias no mesmo tempo ou menor tempo que antes" (DE PAULA et al., 2018, p. 289). A briga incessante entre os capitais faz com que os trabalhadores da licenciatura vendam a sua força de trabalho exclusivamente ao ambiente escolar; e os do bacharelado surgem como uma nova forma de exploração do capital, o que faz com que o indivíduo opte por vender o seu trabalho para os demais espaços.

5. RESULTADOS

Para alcançarmos os objetivos dessa pesquisa, foram usados como critérios de seleção na análise disciplinas obrigatórias em comum, que definimos ser as disciplinas que tenham o mesmo nome, a mesma ementa e a mesma carga horária. Os critérios de exclusão consistiram em: nome das disciplinas obrigatórias diferentes e ementas diferentes das disciplinas. Considerou-se como exclusão a disciplina obrigatória que apresentasse na sua ementa características diferentes, em comparação com a Licenciatura e com o Bacharelado.

5.1 Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

Quadro 1 - Total de Disciplinas Obrigatórias na Estrutura Curricular do Curso de Educação Física

LICENCIATURA	54 disciplinas obrigatórias
BACHARELADO	52 disciplinas obrigatórias
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS EM COMUM	33 disciplinas obrigatórias em comum

Fonte: elaboração própria.

Na estrutura curricular do curso de Educação Física da UNIMONTES, a maioria faz parte do âmbito biológico e esportivo:

Quadro 1.1 – Âmbito Biológico

LICENCIATURA	BACHARELADO
Citologia e Histologia	Biologia Celular
Anatomia Humana	Anatomia dos Sistemas Orgânicos
Bioquímica	Bioquímica
Fisiologia Humana	Fisiologia Humana
Fisiologia do Exercício	Fisiologia do Exercício I

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.2 – Âmbito Esportivo

LICENCIATURA	BACHARELADO
Atletismo	Atletismo (provas de pista)
Natação	Natação II
Basquete	Basquete
Ginástica Artística	Ginástica Artística
Futebol de Campo	Futebol de Campo

Fonte: elaboração própria.

5.2 Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

Quadro 2 - Total de Disciplinas Obrigatórias na Estrutura Curricular do Curso de Educação Física

LICENCIATURA	46 disciplinas obrigatórias
BACHARELADO	46 disciplinas obrigatórias
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS EM COMUM	25 disciplinas obrigatórias em comum

Fonte: elaboração própria.

Na estrutura curricular do curso de Educação Física da UEMG, a maioria faz parte do âmbito biológico:

Quadro 2.1 – Âmbito Biológico

LICENCIATURA	BACHARELADO
Citologia e Histologia	Biologia Celular
Anatomia Aplicada à Educação Física	Anatomia II
Bioquímica	Bioquímica
Fisiologia Humana	Fisiologia Humana
Fisiologia do Exercício	Fisiologia do Exercício
Comportamento Motor	Biomecânica

Fonte: elaboração própria.

5.3 Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Quadro 3 - Total de Disciplinas Obrigatórias na Estrutura Curricular do Curso de Educação Física

LICENCIATURA	55 disciplinas obrigatórias
BACHARELADO	41 disciplinas obrigatórias
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS EM COMUM	37 disciplinas obrigatórias em comum

Fonte: elaboração própria.

Na estrutura curricular do curso de Educação Física da UFMG, a maioria faz parte do âmbito de ciências humanas:

Quadro 3.1 – Âmbito Humanas

LICENCIATURA	BACHARELADO
Formação e Atuação em Educação Física	Formação e Atuação em Educação Física
História e Educação Física	História e Educação Física
Jogos, Brinquedos e Brincadeiras	Jogos, Brinquedos e Brincadeiras
Antropologia e Educação Física	Antropologia e Educação Física
Sociologia da Educação	Sociologia da Educação
Psicologia da Educ. Aprendizag. e Ensino	Psicologia da Educ. Aprendizag. e Ensino
Filosofia e Educação Física	Filosofia e Educação Física
Educação Física e Lazer	Educação Física e Lazer
Psicologia das Ativ. Físicas e do Esporte	Psicologia das Ativ. Físicas e do Esporte
Teoria do Treinamento	Teoria do Treinamento
Teoria da Atividade Física Adaptada	Teoria da Atividade Física Adaptada

Fonte: elaboração própria.

5.4 Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Quadro 4 - Total de Disciplinas Obrigatórias na Estrutura Curricular do Curso de Educação Física

LICENCIATURA	55 disciplinas obrigatórias
BACHARELADO	55 disciplinas obrigatórias
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS EM COMUM	44 disciplinas obrigatórias em comum

Fonte: elaboração própria.

Na estrutura curricular do curso de Educação Física da UFOP, a maioria faz parte do âmbito esportivo:

Quadro 4.1 – Âmbito Esportivo

LICENCIATURA	BACHARELADO
Fundamentos Ginásticos	Fundamentos Ginásticos
Danças	Danças
Handebol	Handebol
Atletismo	Atletismo
Jogos	Jogos
Basquetebol	Basquetebol
Natação	Natação
Futebol e Futsal	Futebol e Futsal
Ginástica Rítmica	Ginástica Rítmica

Ginástica Artística	Ginástica Artística
Lutas	Lutas
Voleibol	Voleibol
Atividade Física de Aventura	Atividade Física de Aventura

Fonte: elaboração própria.

5.5 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

Quadro 5 - Total de Disciplinas Obrigatórias na Estrutura Curricular do Curso de Educação Física

LICENCIATURA	47 disciplinas obrigatórias
BACHARELADO	46 disciplinas obrigatórias
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS EM COMUM	39 disciplinas obrigatórias em comum

Fonte: elaboração própria.

Na estrutura curricular do curso de Educação Física da UFVJM, a maioria faz parte do âmbito esportivo:

Quadro 5.1 – Âmbito Esportivo

LICENCIATURA	BACHARELADO
Atletismo	Atletismo
Fundamentos da Ginástica	Fundamentos da Ginástica
Rítmica	Rítmica
Handebol	Handebol
Jogos, Brinquedos e Brincadeiras	Jogos, Brinquedos e Brincadeiras
Voleibol	Voleibol
Basquetebol	Basquetebol
Educação Física Adaptada	Educação Física Adaptada
Práticas Corporais de Aventura e Lazer	Práticas Corporais de Aventura e Lazer
Esportes de Raquete	Esportes de Raquete
Fundamentos do Exercício Físico	Fundamentos do Exercício Físico
Capoeira e Cultura Popular	Capoeira e Cultura Popular
Dança	Dança
Natação	Natação
Futebol	Futebol

Fonte: elaboração própria.

6. DISCUSSÃO

Após a exposição dos nossos resultados, faremos uma discussão dos dados encontrados nos embasando em categorias. Utilizaremos as categorias de acordo com Minayo (1994), quando afirma que elas são “[...] empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” (MINAYO, 1994, p. 70).

Assim, nossa discussão terá como base duas categorias, sendo elas: 1) Educação Física e as disciplinas biológicas, humanas e as esportivas; 2) Licenciatura, Bacharelado e suas disciplinas idênticas.

6.1 Educação Física e as disciplinas: biológicas, humanas e as esportivas

A fragmentação do conhecimento é muito frequente nos processos de ensinar e aprender. Por isso, a proposta curricular do curso deverá despertar nos(as) acadêmicos(as) uma organização coletiva, posicionamento crítico, além de propor diversas metodologias no ensino-aprendizado. Nesse viés, uma boa elaboração curricular acarretará tais funções na estruturação do curso (ZABALA, 2002 *apud* LORENA; FILGUEIRAS e **PECHLIYE**, 2013).

Conforme as diretrizes curriculares, o ensino de ciências e as didáticas subsequentes devem apresentar atividades que possibilitem aos acadêmicos e às acadêmicas correlacionar informações e conteúdos vistos como desconexos e, a partir disso, desenvolver uma aprendizagem ampliada e integral (SÃO PAULO, 2007 *apud* LORENA; FILGUEIRAS e **PECHLIYE**, 2013, p.114).

Sabemos que na Educação Física existem conteúdos de cunho biológico, esportivo e, também, das ciências humanas. Entretanto, não se deve direcionar o curso apenas para uma área do conhecimento, haja vista que isso não é capaz de despertar a criticidade do sujeito. As ciências biológicas presentes no curso de Educação Física fomentam a formação do sujeito dentro de um padrão de saúde e estética, mas não negligenciando a relevância da atividade física como facilitadora de promoção da saúde (GUEDES & GUEDES, 1996; NAHAS, 1997 *apud* WEBER, 2013, p.24). Além disso, também deve reconhecer o ser integral, dentro do contexto social, filosófico, político e cultural que o cerca.

Apesar dos conteúdos relacionados às ciências humanas serem vistos como clássicos, durante o curso de Educação Física, sua aceitação perante o corpo discente é ainda frágil e, muitas vezes, os graduandos(as), ao iniciarem o curso, até desconhecem esse diálogo. Outro fator que reforça essa vulnerabilidade é o fato de que, geralmente, o departamento de Educação Física está atrelado à área de ciências biológicas (MELO, 1997). Segundo Melo (1997, p.56), “[...] aqueles que vêm cursar a graduação em Educação Física normalmente não se identificariam com disciplinas ligadas às ciências humanas, estando suas preferências voltadas às ciências exatas e biológicas.”

A partir dessa premissa, as disciplinas da área das ciências humanas no curso de Educação Física necessitam conquistar o seu espaço e, desse modo, acarretará na contribuição e interpretação efetiva dos processos históricos ao longo do tempo (MELO, 1997). Além disso, fomentará a formação de professores(as) que possuam uma visão ampla do contexto em que a Educação Física está inserida.

Em relação às disciplinas esportivas, estas aparecem em grande número nas matrizes curriculares das Universidades e, em maior grau de aceitação, entre os acadêmicos e as acadêmicas do curso de Educação Física. Isso ocorre porque o esporte é uma expressão cultural de grande destaque na atualidade e se faz presente em vários âmbitos das atividades humanas, como nos “clubes, federações, confederações, escolas, academias, empresas, igrejas, asilos, prisões, organizado formal ou informalmente” (RAMOS, ISAYAMA, 2009, p. 379).

Portanto, de modo geral, essas disciplinas devem contextualizar a atuação do profissional de Educação Física, ao considerar que este estará capacitado para trabalhar com o esporte não apenas em espaços de lazer. Com isso, as disciplinas de cunho esportivo oportunizam a autonomia e a

inovação dos sujeitos na prática esportiva, o que, conseqüentemente, colabora na formação crítica da sociedade, que busca participar na efetivação dessa manifestação cultural (RAMOS, ISAYAMA, 2009).

Consideramos que o intuito do ensino é preparar as pessoas para que sejam íntegras e capazes de compreender a sociedade na qual estão inseridas, sendo qualificadas para intervir de modo a torná-la melhor (ZABALA, 2002 apud LORENA; FILGUEIRAS; **PECHLIYE**, 2013). Dessa forma, deve-se analisar como os conhecimentos apresentados e analisados, sejam eles biológicos, de humanas ou esportistas, são pertencentes à Educação Física, e que jamais devem ser vistos de forma isolada, mas sempre interligados entre si e dentro de um propósito para a referida área.

Segundo Lorena, Filgueiras e Pechliye (2013), para que isso aconteça, o currículo necessita ser planejado de modo articulado, a fim de que não perca o seu real significado. Sendo assim, será possível perceber de forma nítida a relevância de cada conteúdo. Acredita-se que a atividade corporal precisa ser vista como uma forma de expressão, que necessita atrelar esses conhecimentos ao objetivo acima destacado, seja dentro da academia, da escola, do clube ou em qualquer outra área de atuação.

6.2 Licenciatura, Bacharelado e suas disciplinas idênticas

Os principais resultados encontrados neste estudo, ao analisarmos as matrizes curriculares e as ementas das Universidades, foram: disciplinas obrigatórias em comum na matriz curricular da Licenciatura e do Bacharelado do curso de Educação Física e a predominância de disciplinas do âmbito esportivo.

Iora, Souza e Piettro (2017, p.471) afirmam que a “[...] divisão do Curso em Licenciatura e Bacharelado desqualificou a formação do profissional, pela visão fragmentada do campo de conhecimento apresentada nos respectivos cursos”. Tal ideia corrobora a pesquisa de Rocha, Coelho e Toledo (2019), na qual ficou evidente que existe divisão entre licenciados e bacharéis no mercado de trabalho, o que, por sua vez, propicia a fragmentação na Educação Física.

Disciplinas obrigatórias são fundamentais e se constituem como base para a estrutura curricular de um curso. Em relação à nossa análise, nota-se que as disciplinas de anatomia, bioquímica, futebol e ginástica estão presentes nas cinco universidades estudadas: na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES); Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Em estudo recente de Rocha, Coelho e Toledo (2019) observou-se pouca diferença quanto à carga horária e a ementa do curso de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física. Nesse sentido, a unificação deveria ser definida, haja vista que o objetivo dos cursos são os mesmos, e o acadêmico anseia por uma formação e atuação legal em âmbito escolar e não escolar (IORA; SOUZA E PIETTRO, 2017).

Nos resultados encontrados nesta pesquisa, para além das disciplinas detectadas em comum, ficou nítida a presença das diversas áreas do conhecimento na matriz curricular, com a predominância de disciplinas de âmbito específico para o campo esportivo. Diante disso, as disciplinas obrigatórias mais comuns, nesse campo, são: atletismo; natação; basquete; ginástica artística; ginástica rítmica;

futebol de campo; handebol; danças; jogos; futsal; lutas; voleibol; atividade física de aventura; rítmica; jogos, brinquedos e brincadeiras; esportes de raquete; capoeira e cultura corporal.

Constatamos, ainda, que a maioria das universidades analisadas apresentou uma média superior a vinte disciplinas obrigatórias em comum, sendo que cada curso possui disciplinas obrigatórias específicas, como aquelas de caráter pedagógico na Licenciatura e as de cunho esportivo e musculação no Bacharelado. Nessa perspectiva, observa-se que tanto o curso de Educação Física Licenciatura quanto o de Bacharelado dispõem de diversas disciplinas semelhantes na sua matriz curricular, o que reforça a ideia da não dissociação do curso em questão.

A partir dos resultados obtidos, denota-se o reforço a estudos sobre essa temática, ao afirmarem que a dissociação presente no curso acarreta questões desfavoráveis não somente para a Educação Física como para os acadêmicos(as). Essas questões pontuam-se em: retorno à universidade para concluir a dupla habilitação, mercado de trabalho escasso e a desvalorização do curso de Educação Física por parte dos discentes e docentes.

A importância de uma matriz curricular única possibilitaria formação integral aos(as) acadêmicos(as), bem como uma redução no tempo de formação. O(a) acadêmico(a), uma vez inserido(a) na universidade, já sairia apto(a) para atuar nos diversos campos de trabalho disponíveis, haja vista que as matrizes curriculares são praticamente iguais em ambos os cursos. Dentro dessa ótica, fica reforçada a ideia de não ser necessário manter separação no curso de Educação Física (em Licenciatura e Bacharelado) e, com isso, enfatizamos que não é apenas o nome do curso que é o mesmo, mas as disciplinas formativas, em grande quantidade, também.

7. CONCLUSÃO

Portanto, notamos que, mesmo passados 15 (quinze) anos da Resolução 058/2004, não houve mudanças para transformar a realidade a partir da qual o curso de Educação Física está inserido, permanecendo, atualmente, a sua dissociação. A resolução em questão vem afirmar a existência de duas áreas de atuação evidentes, do mesmo modo como deveria ser a formação profissional.

As disciplinas (biológicas, humanas e esportivas) possuem espaços oportunos para a discussão sobre a não separação do curso, tendo em vista que devem ser trabalhadas de forma interligada, o que favorece uma matriz curricular única da Educação Física, mesmo que silenciosamente.

Ficou evidente, por meio dos resultados alcançados, que a diferença basal é relacionada à área de atuação, e que a formação das(os) profissionais não precisa ser limitada na sua estrutura curricular. A fragmentação do curso não deve reduzir o conhecimento específico, e sim permitir o aprendizado amplo para possibilitar a escolha em um cenário vasto.

Por fim, evidencia-se que os cursos de Licenciatura e Bacharelado possuem não só o nome em comum: Educação Física, mas apresenta, também, diversas disciplinas obrigatórias semelhantes nas matrizes curriculares analisadas, o que refuta a ideia de fragmentação do curso. Nesse sentido, acreditamos que a unificação seria o caminho mais coerente com a realidade vivenciada pelos(as) acadêmicos(as) e profissionais da área.

8. REFERÊNCIAS

constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 343-360, ago. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022008000200009&lng=pt&nrm=is o Acesso em 29 jun. 2020.

BETTI, Mauro. Perspectivas na Formação Profissional. *In*: MOREIRA, Wagner Wey. Educação física & esportes: Perspectivas para o século XXI (org.). **Coleção Corpo & Motricidade**. 17ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES 058/2004**, de 18 de fevereiro de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Brasília, 2004a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces058_04.pdf . Acesso em: 10 fev 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7/2004**, de 31 de março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília, 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfisica.pdf> Acesso em: 10 fev 2020.

DE PAULA, Alisson Slider do Nascimento; OLIVEIRA, Rogério Paes de; TESTA, Saulo; COSTA, Frederico Jorge Ferreira. Formação em Educação Física e a regulamentação da profissão: sistema CONFEF/CREFS e a divisão curricular. **Debates em Educação**, Maceió, v. 10, n. 21, p. 279-292, ago. 2018. ISSN 2175-6600. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/4272> Acesso em: 12 set. 2020.

FARIA JÚNIOR, Alfredo Gomes de. Perspectivas na Formação Profissional em Educação Física. *In*: MOREIRA, Wagner Wey. Educação física & esportes: Perspectivas para o século XXI (org.). **Coleção Corpo & Motricidade**. 17ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

FURTADO, Roberto Pereira. Novas Diretrizes e antigos debates: uma análise das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Educação Física - Resolução CNE/CES 06/2018. *In*: SOARES, Marta Genú; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; LARA, Larissa (org.). **Formação profissional e mundo do trabalho**. 4. v. Natal: EDUFRN, 2020. cap. 7, pág. 115-135.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** /Antonio Carlos Gil. – 6º ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IORA, Jacob Alfredo; SOUZA, Maristela da Silva; PRIETTO, Adelina Lorensi. A divisão licenciatura/bacharelado no curso de educação física: o olhar dos egressos. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, p. 461-474, jun. 2017. ISSN 1982-8918. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/63979> Acesso em: 08 jul. 2020.

LORENA, Fernanda Beraldo; FILGUEIRAS, Isabel Porto; PECHLIYE, Magda Medhat. Relações entre Biologia e Educação Física: olhar de especialistas sobre uma proposta de sequência didática. **Veras**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 103, 7 maio 2013. ISE Vera Cruz. <http://dx.doi.org/10.14212/veras.vol3.n1.ano2013.art119>. Disponível em: <http://site.veracruz.edu.br:8087/instituto/revistaveras/index.php/revistaveras/article/view/119> . Acesso em: 08 jul. 2020.

MELO, Victor Andrade de. Porque devemos estudar história da Educação Física/esportes nos cursos de graduação? **Motriz**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 56-61, jun. 1997. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/6501>. Acesso em: 08 jul. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Rosane Machado de. Currículo Escolar: Um Conjunto de Conhecimentos para a Concretização de Objetivos Educacionais. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 8º. Ano 02, vol. 05, p. 52-73, novembro de 2017.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Universidade, profissão Educação Física e o mercado de trabalho. **Motriz: rev. educ. fis. (Online)**, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 788-798, set. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742010000300027&lng=pt&nrm=iso Acesso em 21 ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n3p788>.

RAMOS, Renata; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Lazer e esporte: olhar dos professores de disciplinas esportivas do curso de educação física. **Rev. bras. educ. fís. esporte (Impr.)**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 379-391, Dec. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092009000400007&lng=en&nrm=iso Acesso: 27 fev 2021. <https://doi.org/10.1590/S1807-55092009000400007>.

ROCHA, Bruna Beatriz da; COELHO, Fernanda Cristina dos Santos; TOLEDO, Flaviana Alves. Licenciatura e Bacharelado em Educação Física: impactos na formação profissional no estado de minas gerais. **REVES - Revista Relações Sociais, [S. l.]**, v. 2, n. 1, p. 0103-0118, 2019. DOI: 10.18540/revesv2iss1pp0103-0118. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/3216> . Acesso em: 18 fev. 2021.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

WEBER, Jacir Vicente. **A interdisciplinaridade entre as ciências e a educação física na visão de alunos do ensino fundamental e médio**. 2013. 111 p. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

YOUNG, Michael. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, n. 151, p. 190-202, Mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742014000100010&lng=en&nrm=iso Acesso em 07 Abr. 2020.

Submissão: 18/12/2022

Aceito: 24/01/2023